

Aviso

O seguinte artigo saiu na revista Raízes Memórias, uma publicação da Associação Portuguesa de Genealogia. Foi transcrito uma primeira vez e colocado na internet por Maria Agrela (link apagado) ; foi aqui transcrito uma segunda vez por Frédéric De Sousa, sendo a transcrição de Maria Agrela a principal fonte da sua página internet sobre o assunto dos apelidos em Portugal.

Originalmente, poderia ser um artigo de Carlos Lourenço Bobone publicado no número 3 da revista (em 1986, de acordo com o índice geral da revista*). Carlos Bobone é também o autor do livro "Apelidos em Portugal - um panorama histórico" (Editor Dom Quichotte, 2017).

* <https://genealogiafb.blogspot.com/2017/09/raizes-memorias-indices.html?m=1>

APELIDOS EM PORTUGAL

Saber como se formam e transmitem os apelidos é um desígnio constante do genealogista. Depois de estudar a história da família até às origens tão recuadas quanto os documentos permitem descobrir, resta ao investigador aproveitar os indícios obtidos, tentando encontrar ligações com um passado mais remoto. O apelido é, para isso, uma pista de primeira categoria.

Poder-se-á imaginar que certo ascendente desconhecido teve uma característica marcante, sendo por essa razão mimoseado com a alcunha que transmitiu aos descendentes? É lícito presumir que a semelhança na designação de duas famílias indica parentesco entre elas? Só estudando o que se praticou a este respeito ao longo dos séculos saberemos fazer uso das informações que os apelidos fornecem.

Em Portugal esta matéria tem sido estudada quase exclusivamente por filólogos, etnólogos e antropólogos, que a incluem na Onomástica, estudo dos nomes em geral, compreendendo nomes e terras - toponímia -, nome de rios - hidronímia -, e nomes de pessoas - antroponímia -. Nas obras desses cientistas apanham-se contribuições valiosas para o estudo dos apelidos, misturadas no entanto com extensas considerações que não interessam ao genealogista, como a distinção minuciosa que os linguistas fazem dos sobrenomes medievais terminados em az ez iz oz uz.

Período do Nome Simples

Quando se estuda a história dos apelidos em Portugal, deve-se começar pelas invasões bárbaras, pois o sistema Romano do nome tríplo, que vigorava anteriormente, extinguiu-se por completo nos séculos V e VI.

Os povos germânicos usavam um só nome, o que não admira porque, tendo eles uma enorme variedade onomástica ¹ - com nomes compostos geralmente de duas palavras ² - bastava-lhes o nome próprio para se diferenciarem. O mesmo não acontecia com os romanos, povo que pouco variava os nomes. Segundo Varrão o patriciado romano não usava, no total, mais de 30 nomes próprios - e cada família limitava-se a 7 ou 8 que eram repetidos em todas as gerações ³. Apesar da população de origem germânica ser uma minoria - menos de 1/5 do total - no estado visigótico peninsular, todos os mediavalistas têm reparado, como Joseph Piel, que até ao século XII os nomes de pessoas visigodos dominam, de maneira absoluta, no antigo onomástico português. ⁴

Toda a população tinha adoptado nomes germânicos, pois explica o mesmo historiador, a população ibérica estava farta de chamar aos seus filhos Primus - Secundus - Quintus - Septimus - etc., e quando ouviram os lindos nomes que os godos traziam, tão sonoros, tão exóticos...não puderam resistir à tentação de se chamarem como eles. ⁵

Compreende-se, pois, o rápido desaparecimento do sistema onomástico romano, e o uso generalizado de nomes bárbaros constituídos apenas por nome próprio ⁶. Havia, no entanto, pessoas que usavam dois nomes nestes primeiros séculos da idade média, o que talvez se devesse ao conselho da Igreja, de unir ao nome pessoal o de um santo patrono, com o objectivo de divulgar e impôr os nomes cristãos ⁷. Vemos, por exemplo, que havia um bispo

¹ Um exemplo desta variedade pode ver-se na lista de nomes suevos começados pela letra A publicada por Francisco J. Veloso no Boletim de Trabalhos Históricos, vol. XXXIII, de Dezembro de 1982.

² Na sua generalidade são os nomes germânicos compostos, como também muitos dos gregos, de dois elementos, no uso quotidiano, porém, o segundo destes era por vezes omitido e à forma assim encurtada...dá-se a designação de hipocorística. a esses nomes, constituídos assim por uma raiz única, juntavam-se por vezes, sufixos de sentido diminutivo. J. J. Nunes, O elemento germânico no onomástico Português, in Homenaje ofrecido a Menendez Pidal. vol. II, págs. 577 – 603

³ Enrique de Gandia, Del origen de los nombres y apellidos

⁴ O património visigodo da língua portuguesa, in Congresso do Mundo Português, I Congresso, II Secção.

⁵ Não foi só na Península Ibérica que isto aconteceu. Entre os povos galo-romanos estabeleceu-se rapidamente o costume de, por snobismo, dar aos filhos nomes germânicos. Jacques le Goff. À civilização do Ocidente Medieval.

Em Itália, na época dos bárbaros aboliu-se o uso do apelido, e os vencidos, à semelhança dos vencedores, denominavam-se apenas com os nomes próprios ou no máximo com algum sobrenome pessoal, que os distinguisse de um homónimo. F. Rodriguez, Case italiane di origine imperiale o Reale, in Rivista di Araldica e Genealogia, Marzo-Aprile 1933.

⁶ Leite de Vasconcelos, em Antroponímica Portuguesa, defende uma opinião diferente. Segundo ele, o uso dos patronímicos teria começado em tempos ibero-romanos, vindo ininterruptamente até os séculos XV - XVI. O facto de as inscrições funerárias pertencentes aos primeiros tempos da idade média cristã (séculos V - VIII) indicarem apenas um nome para cada pessoa explicar-se-ia pela humildade dos fiéis.

⁷ Enrique Gandia, ob. cit.

de Braga no séc. IX, que se chamava Flaianus (nome romano) e Recaredo (nome germânico) e que no 3ª concílio de Braga, em finais do séc. VII, um bispo assina com os nomes Idulfus(visigótico) e Félix (romano).⁸

Durante o período em que vigorou o uso germânico do nome único, foi prática corrente servir o nome próprio como património de família, apesar da não existência de designações familiares. Em várias inscrições ibéricas do princípio da idade média transparece o costume de transmitir aos filhos parte do nome paterno,⁹ o que coincide com a observação de mediavalistas franceses, segundo os quais as grandes famílias do território de França, no período a 1100 só punham aos filhos nomes já usados pelos seus antepassados próximos¹⁰.

Nascimento do Sobrenome

Não é possível estabelecer a data precisa em que se começa a usar o sobrenome, ou seja, a pôr à frente do nome pessoal o nome do pai, com a forma genitiva ou uma palavra indicativa de filiação, como filius ou proles. Já em inscrições lusitano-romanas se nota esse costume¹¹, mas não há indícios de que o nome paterno estivesse permanentemente associado ao próprio nome. Só desde o século IX surgem personagens a cujo nome é associado, sempre, o patronímico. Vímara Peres, Hermegildo Guterres, Ero Fernandes, viveram nessa época, e embora os documentos respeitantes ao período das suas vidas sejam de datação ou autenticidade duvidosa, faz-se menção destes magnatas em documentos pouco posteriores, em que intervêm os filhos, e nas mais antigas crónicas do nosso território¹².

Embora o patronímico já apareça nos primeiros documentos existentes em Portugal, é de calcular que não tivesse entrado em uso muito tempo antes, porque recorrendo às fontes espanholas verificamos que, como assevera Godoy Alcantara¹³, o patronímico castelhano aparece pela primeira vez em duas doações do ano 804, onde figuram, entre outros os sobrenomes Didaz, Nunez, Tellez, Peidrez, Annaiz, Paleiez e Vellaz. Através dos séculos X e XI

⁸ Pierre David, La Métropole ecclésiastique de Galice du VIII au XIème siècle.

⁹ Vittorio Bertoldi, in *Onomastica iberica e matriarcado mediterraneo* ", separata da Revista Portuguesa de Filologia, vol. II, indica como exemplo o caso dos nomes compostos HAR BELEX; E UMAR-BELLES, no país basco, que aparecem junto aos nomes dos filhos BONBELEX e BELES, e outras inscrições, como INDERCA INDERCILLI, em que H. Schuchardt via duas derivações de um apelativo ibérico correspondente ao basco indar, força, adoptado na forma Inderquina de famílias portugalenses. Outros exemplos: BELEX BELEXCONIS f., e VISALIA VISALI f., em que a filha herda o nome paterno VISALUS. Leite de Vasconcelos nas Lições de filologia Portuguesa aponta FIRMINA FIRMI e RUFINUS RUFI, em inscrições da época lusitano-romana.

¹⁰ Pelo facto de uma personagem usar o nome Lamberto, deve-se concluir que teve, numa data relativamente próxima, um antepassado com o nome Lamberto: mas esses primeiro Lamberto tanto se pode encontrar na série dos seus antepassados paternos como na dos seus antepassados maternos... Maurice Chaume, *Pour les recherches généalogiques dans le haut Moyen Age - Les indices*, estudo incluído na colectânea *Recherches d'Histoire Chrétienne et Médiévale*.

¹¹ Leite de Vasconcelos, *Antroponímica Portuguesa (11) Leite de Vasconcelos, Antroponímica Portuguesa*

¹² José Matoso, *As famílias condais portugalenses dos séculos X e XI*

¹³ Autor do Ensaio histórico, etimológico y filológico sobre los apellidos Castellanos, citado por Enrique de Gandia, in ob. cit.

foram proliferando os patronímicos no território portugalense, como podemos observar nos *Portugaliae Monumenta Historica - Diplomata et Chartae*. E, dando mostras de como já estava largamente difundido em toda a Península no princípio do séc. XII, vê-se aí um documento de 1115 (Era de 1153), respeitante a um concílio a que assistiram representantes das várias províncias da Hispânia, onde em mais de 200 pessoas mencionadas, só quatro não tinham patronímico (exceptuando os bispos, que apenas costumavam usar o nome próprio).

Até ao século XII, a regra do patronímico foi seguida rigorosamente: O segundo elemento dos filhos era tirado do nome próprio dos pais. A regularidade desta prática foi suficiente para os historiadores conseguirem reconstituir o nome de um homem sabendo como se chamava o pai e um dos filhos dele. Tendo uma escritura com a indicação de que Onega Lucides era neta pelo lado paterno de Alvito Lucides, pôde deduzir-se o nome do pai dela: Lucídio Alvites, porque a filha usava o sobrenome Lucides e Alvites porque é o patronímico de Alvito ¹⁴. Deve notar-se também que a difusão do 2º elemento do nome correspondeu à diminuição da variedade no 1º elemento. Passam a repetir-se com frequência os mesmos nomes, existindo o sobrenome para distinguir as pessoas.

Influência Árabe

Entretanto, nas regiões submetidas ao domínio sarraceno os nomes árabes misturam-se com os cristãos, como era de calcular. Recorda Menéndez Pidal ¹⁵ que a influência moçárabe fez-se poderosíssima no século X, culminando na época de Alañor. Os nomes de pessoas árabes abundam agora extraordinariamente entre os cristãos e até se compoem patronímicos cristãos com o árabe iben filho, plural bani, como fez um doador a Sahagún em 962, que se chama Fortunius iben Garseani em vez de Fortunius Garseani; os condes de Cárrion, segundo dissemos adoptavam o nome de família que lhe davam os árabes: Vani Gómez. A esta época deve remontar o famoso apelido Benavides ... os filhos de vidas. Em Portugal Beneegas, Benegas 991, Venegas 1258, filho de Egas.

Esta forma patronímica, Viegas, transmitiu-se às várias famílias portugalenses em que havia um pai chamado Egas. Mesmo entre a antiga nobreza Goda, houve quem adoptasse nomes árabes, como Omar ben Hafsún que em 879 comandou uma rebelião cristã e pertencia a uma nobre família visigótica ¹⁶. Existe um testamento datado de 967, respeitante ao território portugalense, em que se vêem muitos nomes árabes misturados com germânicos. Fala-se aí de um Zalaman iben Floresindo, e seu irmão Gondemiro, o que significa que certo Floresindo - nome germânico - teve um filho com nome árabe - Zalaman - e outro com nome germânico - Gondemiro ¹⁷.

¹⁴ José Matoso, ob. cit.

¹⁵ Ramón Menéndez Pidal, *Origenes del Español*

¹⁶ Menéndez Pidal, ob. cit.

¹⁷ *Portugaliae Documenta Historica, Diplomata et Chartae*, doc. XCIV

Uma lista de nomes acompanhados da partícula *iben*; dos séculos X e XI, foi publicada por Gama Barros ¹⁸, atestando o uso constante do patronímico árabe nestes séculos.

Nascimento dos Apelidos

Tratemos agora do terceiro elemento do nome - o apelido propriamente dito.

A maior parte dos apelidos têm origem em alcunhas, em nomes de terras de onde as pessoas são naturais ou terras que possuem, e em nomes de profissões. Muito menos numerosos são os apelidos derivados de outras fontes como a religião, concessões régias, etc. ¹⁹

A origem das alcunhas é muito remota. Nos documentos mais antigos que possuímos faz-se alusão a pessoas que tinham um nome e eram conhecidas por outro ²⁰. Algumas destas alcunhas terão passado a ser usadas em forma de sobrenomes, como aconteceu com os filhos de Afonso, cognominado Bittofi, que viveram na primeira metade do séc. X, e usaram o patronímico Bettotiz, entre eles o Conde Gonçalo Bettotiz, sogro da Condessa Mumadona Dias ²¹. Mas a verdade é que no meio de todos os nomes e sobrenomes de forma exótica que enxameiam os documentos medievais ²² é difícil distinguir quais os que são extraídos de alcunhas. É certo, porém, que o apelido originado em alcunha já existia em Portugal por meados do séc. XII - em 1147 vivia um Fernão Cativo, em 1145 um Soeiro Barba, e em 1150 um Pedro Pais a quem chamam Artul e assina Pedro Artul ²³. Foi, provavelmente, no princípio do mesmo século que começaram a aparecer apelidos correspondentes a profissões. Vemos em 1103 um Durão Escudeiro, em 1106 Solimão Ferreira e em 1110 Gonçalo Ferreira ²⁴.

A origem dos apelidos toponímicos - nascidos do nome de terras - encontra-se um tanto obscurecida, porque os nobiliários atribuem a tempos muito recuados o uso dos apelidos, contrastando com os documentos existentes. E mesmo os investigadores rigorosos, ao compararem os nobiliários com os documentos, vendo, por exemplo, que um Egas Gosendes de Ribadouro - dos nobiliários - corresponde ao Egas Gosendes designado numa escritura, atribuem-lhe o nome indicado pelos linhagistas, porque o consideram mais completo.

¹⁸ História da Administração Pública em Portugal II, 339 - 346.

¹⁹ Apelidos de origem religiosa: da Cruz, de Deus, Ramos, dos Anjos, das Neves, da Conceição, da Encarnação, de S. José, de S. João, dos Santos, etc.

Foram originados por concessão régia apelidos como Câmara e Bandeira que recordam feitos dos fundadores destas famílias. Alguns títulos concedidos nos últimos anos da monarquia transformaram-se em apelidos: Sacavém (visc.), Montargil (visc.), Vale Flor (marq.), Monsaraz (conde).

²⁰ Inderquina cognomen Pala, nos *Portugaliae Mon. Hist.*, D.C. doc XII, o que significa Inderquina cognominada Pala.

²¹ Almeida Fernandes, Acção nas linhagens no repovoamento

²² Veja-se António Augusto Cortesão, *Onomástico Medieval Português*, separata de *O Arquólogo Português*, vol. VIII e seguintes.

²³ Mencionados respectivamente na Carta de Osberno e no cartulário Baio-Ferrado. Veja-se *Fontes Documentais Portuguesas - Vol. II - Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó*.

²⁴ Nos *Documentos Medievais Portugueses - documentos Particulares*, vol. III.

É o que acontece com o relato da tomada de Lisboa, conhecido por Carta de Osberno. Na versão latina original não se menciona nenhum Cavaleiro Português com mais de dois nomes, mas os estudiosos que fizeram descrições da tomada de Lisboa baseadas em Osberno trataram de identificar Gocelino de Sousa com Gonçalo Mendes de Sousa ²⁵, Mendo copeiro de Afonso com Mendo Afonso de Refoios, e Pedro Pelágio com Pedro Pais da Maia ²⁶.

O mesmo se passa com investigadores mais recentes, que fizeram um esforço crítico para reconstituir as linhagens medievais, e em cuja obra se encontra referência a pessoas com apelidos toponímicos, que têm a sua existência confirmada documentalmente. Mas ao ler esses documentos não encontramos, para as gerações mais antigas, o terceiro elemento do nome ²⁷.

Mais atenção deu Almeida Fernandes a uma tal discrepância entre o nome indicado pelos nobiliários e o nome patente nos documentos. ao descrever famílias existentes no território portugalense à data da fundação da nacionalidade, pôs entre aspas os apelidos que figuram apenas nos livros de linhagens.

Temos assim João Peres da Maia; Gil Martins de Riba de Vizela; Pêro Afonso de Baião; Egas Gosendes de Ribadouro; etc. além disso, falando da linhagem dos Sousões chamou a atenção para o uso tardio do apelido Sousa, nestas palavras: A primeira vez documentada que se encontra o apelido de Sousa é de 1134, em Soeiro Mendes...Os genealogistas, porém, dizem que o avô deste, Egas Gomes, já assim se chamava. Mas não documentam ²⁸.

O mesmo, aliás, havia sido constatado já por Frei António Brandão ²⁹, que depois de expôr o Catálogo dos que se acharam na batalha de Campo de Ourique ³⁰, esclarece:

Quanto a não se nomear sempre Fernão Pires Furtado, não há inconveniente algum, pois naquele tempo se não usavam muito as alcunhas e os apelidos, que só os patronímicos serviam: e ainda às vezes se não punha mais que o nome próprio...

Parece pois poder-se concluir que as linhagens medievais só começaram a juntar ao nome o da terra que possuíam a partir da fundação da nacionalidade, aproximadamente, sendo provável que entre os Sousões se tenha usado pela primeira vez com aspecto toponímico, mas sem ligação com linhagens que se possam identificar ³¹.

²⁵ Júlio de Castilho, Bairros Orientais, II, edição de 1935.

²⁶ José Augusto de Oliveira, Conquista de Lisboa aos Mouros.

²⁷ É o que acontece, por exemplo, com Martim Soares de Baguim que nos documentos á Martim Soares, João Pires da Maia que é João Peres, Gonçalo Mendes da Maia que é Gonçalo Mendes, Gonçalo Rodrigues da Palmeira que é Gonçalo Roddrigues, etc.

²⁸ Almeida Fernandes, ob. cit.

²⁹ Citado por Amadeu Ferraz de Carvalho, em Contribuição para o estudo da Antoponímia Portuguesa.

³⁰ Na terceira parte da Monarchia Lusitana, livrp X, cap. IX.

³¹ No 2º vol. dos Documentos Medievais Portugueses aparece um Paio Carvalho em 1145. No citado documento de 1115 vêem-se os nomes de Petrus Pelagii de Buila e Petrus Pelagii de Mazaneda.

Note-se também que o uso destes apelidos não se tinha ainda espalhado entre a nobreza portuguesa quando em outros países europeus já era corrente. Temos uma amostra disso na citada carta de Osberno sobre a conquista de Lisboa, onde ao lado dos nomes dos comandantes cruzados - Herveu de Glanville (inglês), Arnulfo de Areshot (alemão), Cristiano de Gistel (flamengo), Sahério de Arcelles, Simão de Dover (inglês), André (inglês) - quase todos com apelidos toponímicos, aparece apenas um português, Gocelino de Sousa, com apelido do mesmo género.

E no Cartulário Geral dos Hospitalários³² podemos apreciar idêntico contraste entre os nomes portugueses - por exemplo, numa doação feita em 1114 por D.Teresa, em que os confirmantes têm todos apenas nome próprio e patronímico - e os que figuram em documentos franceses, que desde os primeiros anos do séc. XII contêm variadíssimos apelidos relacionados com a origem geográfica das pessoas³³.

O Nome Característico da Idade Média

Dá-se pois, desde o século XII o alastramento do tipo nome que se considera caracteristicamente medieval, composto de nome próprio, patronímico e apelido. Apesar de ser considerado característico da idade média, este tipo de nome nunca chegou a ser usado pela maioria da população portuguesa. Temos, a esse respeito, três estudos feitos por Iria Gonçalves³⁴, que analisam o uso dos nomes entre os séculos XIV e XVI, e daí podemos extrair importantes informações no que toca ao uso dos apelidos neste período. O primeiro desses estudos, que abrange a região alcobacense nos fins da idade média (1370 - 1460), conclui que dos apelidos que aparecem nesta região, a maior parte é composta de topónimos ou alcunhas, em número aproximadamente igual, vindo muito atrás destes - cerca de cinco vezes menos frequentes - os apelidos correspondentes a profissões³⁵.

³² Cartulaire Général des Hospitaliers de Saint Jean de Jerusalem, Paris, 1894 - 1904. Publicado por J. Delaville le Roulx. Contém todos os documentos respeitantes à Ordem de S.João desde o princípio do século XII até 1310, 4 volumes.

³³ Alguns destes apelidos mostram ter origem na Terra Santa. Numa doação feita em 1110 pelo rei Balduino ao hospital de Jerusalem há um confirmante chamado, Anselmus de Turre David, como a Torre de David ficava em Jerusalem, é natural que o apelido tenha nascido durante a cruzada.

³⁴ Intitulam-se Antroponímica das Terras alcobacenses nos fins da Idade Media - Onomástica Pessoal de Lisboa de Quinhentos

- O primeiro analisa toda a documentação que respeita às terras pertencentes ao mosteiro de Alcobaça, em dois períodos: 1370 - 1400, e 1430 - 1460. abrange 2690 nomes.
- O segundo baseia-se na lista dos privilegiados do almoxarifado de Évora que preferiram pagar uma contribuição a ir combater no exército de D.Afonso V, em 1475. Abrange 1110 nomes.
- O terceiro refere-se ao Livro do lançamento e serviço que a cidade de Lisboa fez a el-rei noso Sõr o ano 1565, editado pela Câmara Municipal de Lisboa. Abrange 14.485 nomes.

Nestes trabalhos são examinados as listas de nomes com grande pormenor, em todos os aspectos que interessam à onomástica. Não é possível transcrever aqui todas as conclusões de Iria Gonçalves.

³⁵ Origem dos apelidos nas terras Alcobacenses segundo Iria Gonçalves :
1370 - 1400 Alcnhas 153, Nomes de Origem 126, Nomes de Profissões 41 ;
1430 - 1460 Alcnhas 141, Nomes de Origem 170, Nomes de Profissão 41

E as pessoas que usam apelidos constituem uma pequena parte da população, ultrapassada de longe pela que se limita a nome próprio e patronímico.

Basta reparar que as pessoas com o patronímico Eanes ou Joanes, são mais numerosos do que o conjunto dos que têm apelidos derivados de alcunhas.

Noutro estudo, que tem por título Amostra de Antroponímica no século XV, vemos já uma grande extensão atingida pelo uso dos apelidos.

Ai temos mais de 50% da população a usar nomes com 2 elementos - geralmente nome próprio e patronímico -, e 41,9% com três elementos, sendo quase todos estes compostos de nome próprio, patronímico e apelido. Os nomes com um único elemento são raros, 4,3%, e ainda mais raros os de quatro elementos - 0,3%.

O trabalho seguinte de Iria Gonçalves sobre este assunto é muito mais representativo da população portuguesa, porque se baseia numa lista de pessoas que pagaram imposto na cidade de Lisboa em meados do século XVI.

São catorze mil pessoas, praticamente todos os chefes de família da população activa.

Aqui surge-nos 67% da população com dois elementos tradicionais, nome próprio e apelido, e a restante com nomes de formação muito variada.

Os nomes com 1 e 4 elementos são raríssimos.

É natural que os genealogistas, habituados a manusear os registos paroquiais dos séculos XVI e XVII, cheguem intuitivamente as conclusões semelhantes, visto que a maioria dos nomes que aí se encontram são formados por dois elementos, sendo o segundo um patronímico ou um apelido, mas predominando os patronímicos. De província para província, ou mesmo de aldeia para aldeia variavam os patronímicos mais frequentes, e até na mesma terra podiam variar em poucas décadas. Na região alcobacense, de 1370 a 1400 os patronímicos mais comuns são Eanes ou Anes ou Joanes, Domingues, Martins, Esteves, Pires, Afonso, Vicente, Lourenço, Fernandes e Gonçalves, por esta ordem. De 1430 a 1460, os mais frequentes são Eanes ou Anes ou Joanes, Afonso, Gonçalves, Vasques, Pires ou Peres, Domingues, Esteves, Martins ³⁶.

No almoxarifado de Évora, em 1475, os patronímicos mais usados são Anes ou Eanes, Fernandes, Afonso, Rodrigues, Dias, Peres ou Pires, Gonçalves, Martins e Álvares ³⁷. Na cidade de Lisboa em 1565 são mais vulgares Fernandes, Gonçalves, Rodrigues, Dias, Lopes, Pires ou Peres, Álvares, Gomes, Vaz ou Vasques, e Afonso ³⁸. É na região de Tondela, em princípios do séc. XVII, vêm à frente Fernandes, Simões, Dias e Antunes ³⁹.

³⁶ Iria Gonçalves, Antroponímica das terras alcobacenses...

³⁷ Iria Gonçalves, Amostra de Antroponímica Alentejana...

³⁸ Iria Gonçalves, Onomástica Pessoal da Lisboa de Quinhentos

³⁹ Amadeu Ferraz de Carvalho, ob. cit.

A estrutura do nome medieval começa a desagregar-se no século XV, como observa Leite de Vasconcelos : Pode dizer-se que a decadência do patronímico principia depois dos meados do séc. XV, e que o sistema já estava desorganizado no séc. XVI ⁴⁰. De facto, os patronímicos começam a ser usados como apelidos, e a ser transmitidos em gerações sucessivas, em vez de serem adaptados em cada geração do nome próprio do pai.

No século XVI existem, na mesma região, pessoas usando patronímicos como apelidos e outras usando-o como indicativo do nome paterno. Assim, num manuscrito de 1558 que contém as escrituras de aforamento das terras pertencentes ao senhor Pombeiro na sua vila ⁴¹, vemos os aforadores João Gonçalves filho de João Gonçalves, Afonso Vaz filho de Afonso Vaz, Pero Afonso filho de Favião Afonso, João Afonso filho de João Afonso, João Lourenço filho de João Lourenço; nestes casos os patronímicos transmitiram-se de pais para filhos. Por outro lado encontramos Gomes Pires filho de Pedro Afonso, Afonso Simões filho de Afonso Luís, João Simões filho de Simão Afonso, Domingos Rodrigues filho de Rodrigo Gonçalves; nestes casos o patronímico conservou a sua função original.

Nas habilitações do Santo Ofício vêm-se familiares em que, depois de o patronímico começar a ser usado como apelido, voltou a ter a forma primitiva ⁴².

É também no século XVI, e no seguinte, que se formam sobrenomes matronímicos, isto é, formados do nome próprio da mãe, costume que se nota principalmente nas mulheres.

Período de Anarquia

Desde o final do séc. XVI começou uma época de grande indisciplina no uso e transmissão dos apelidos, pois as pessoas usam frequentemente apelidos diferentes dos que usavam os seus pais e irmãos, indo buscá-los indiferentemente a pai, mãe, avós, tios, ou onde quisessem.

Para dar uma ideia do estado de confusão dominante no começo do séc. XVII, analisei as Ementas de Habilitações de Ordens Militares nos Princípios do século XVII, editadas pela Biblioteca Nacional.

Nos quadros 1 e 2 estão expostos os resultados obtidos. Uma elevada percentagem dos cavaleiros usam o apelido herdado do pai e do avô paterno.

⁴⁰ Leite de Vasconcelos, Antrop

⁴¹ Este manuscrito estava à venda num alfarrabista de Lisboa. encadernado em pergaminho, contém 160 treslados de aforamentos feitos nas notas dos tabeliões de Pombeiro. Os treslados foram feitos em 1627. As escrituras originais eram dos anos 1557 e 1558.

⁴² Alguns exemplos:

Mateus Fernandes foi pai de Agostinho Fernandes que foi pai de João Agostinho, F.S.O. em 1618.

Pedro Martins foi pai de João Martins que foi pai de Manuel João, F.S.O. em 1622.

Fernão Martins foi pai de Lopo Martins que foi pai de Maria Lopes, cujo marido foi F.S.O. em 1635 (neste caso, o nome coincidiu com o da avó materna, que se chamava também Maria Lopes).

Tentou-se explicar a desigualdade de apelidos entre pais e filhos e entre irmãos inteiros mediante as desigualdades estabelecidas pelo direito hereditário. De facto, em certas famílias a herança de um morgado podia levar ao uso de apelidos ligados a essa herança. Conhecem-se instituições de vículos em que se declara que o sucessor deverá usar sempre o apelido do instituidor, e a partir do século XVIII passou a ser obrigatório o uso dos apelidos correspondentes aos morgados que se herdavam, mesmo que os instituidores não houvessem declarado expressamente o desejo desse uso (lei de 09.09.1769). Mas como a desigualdade de apelidos se verifica em todas as camadas sociais, mesmo quando não havia nada para herdar, é impossível considerarmos o direito sucessório como a causa principal, devendo ser considerado meramente como uma agravante da situação existente.

Houve quem procurasse encontrar no meio da anarquia desta época uma regra de transmissão dos apelidos, como Armando Matos, que no seu Manual de Genealogia Portuguesa, diz : ao filho mais velho cabia o apelido paterno ; ao segundo filho o apelido materno ; ao terceiro algum dos tios paternos ; ao quarto filho algum dos apelidos dos tios maternos ; ao quinto um dos segundos tios paternos ; etc. .

Isto mostra excessiva confiança no feito esquemático dos nossos antepassados. Com os estudos genealógicos mais desenvolvidos nos nossos dias, sabemos que não havia uma regra de transmissão usada em todo o país.

Para ilustrar a variedades de formas de transmissão dos apelidos estão expostos no quadro 3 as genealogias abreviadas de algumas famílias, todas pertencentes à mesma região - a vila de Oeiras. Percebe-se que a distribuição dos apelidos era feita bastante caprichosamente.

Quanto aos nomes de judeus, têm sido objecto de brilhantes investigações por parte de eruditos hebraístas. Mas por enquanto só nos interessa a influência que tiveram no conjunto dos apelidos portugueses. Não há dúvida de que a conversão de judeus serviu para acentuar a anarquia existente. Muitos dos convertidos adoptavam os nomes das famílias mais ilustres do reino ⁴³. Eram numerosos os que se baptizavam por obrigação mas continuavam a praticar ocultamente o judaísmo, como notou o abade de Baçal: adoptando então um nome oficial público, mas tendo na intimidade da seita um nome rabínico e este era o que adoptavam como legítimo quando no estrangeiro se viam livres de receios ⁴⁴.

Em 1644 foi representada à inquisição uma lista de cristãos-novos portugueses de Hamburgo, que haviam voltado a usar nomes hebraicos. Esta lista, da mão de um denunciante anónimo ⁴⁵

⁴³ Frei Jerónimo de S.José, na História Cronológica da S.S.Trindade fala de dois judeus que se baptizaram no tempo do cardeal Alberto de Áustria, a quem no baptismo puseram os nomes de Filipe de Áustria e Alberto de Áustria. Fernão Mendes Pinto conta na Peregrinação que um judeu se converteu na Índia porque Afonso de Albuquerque o convenceu, e chamou-se Francisco de Albuquerque. Abraão Zacuto recebeu o nome de baptismo de Manuel Álvares de Távora, e Amato Lusitano, cujo nome hebraico era Habib, chamou-se João Rodrigues de Castelo-Branco.

⁴⁴ Abade de Baçal, Memórias Arqueológico-históricas do distrito de Bragança, vol. V - Os judeus. Apresenta depois uma relação de judeus originários do distrito de Bragança que usaram um nome cristão e outro hebraico, e foram escritores.

⁴⁵ Publicada por Pedro de Azevedo no Arquivo Histórico Português, VIII, 194 - 195 e por Leite de Vasconcelos in Antrop...

apresenta a correspondência entre um cristão e o nome hebraico retomado, verificando-se que eram raros os que rejeitavam totalmente o nome cristão. Três casos se davam ⁴⁶ :

1. Conservaram o nome cristão, completo ou juntando um elemento hebraico
2. Adoptaram um nome hebraico acompanhado de um elemento português
3. Substituíram o nome português no todo ou em parte por um nome hebraico.

Aquilo que aconteceu com os judeus portugueses de Hamburgo repetiu-se em outras comunidades, espalhando-se deste modo os apelidos portugueses em muitos países ⁴⁷.

É altura de fazer breves comentários sobre o conceito de apelido. Na acepção vulgar o apelido é qualquer nome usado em comum por toda a família. Mas como acabámos de ver, em grande parte das famílias portuguesas o apelido não era partilhado por todos os membros, o que nos força a rejeitar esta definição. Por outro lado, houve famílias que tiveram alcunhas transmitidas aos seus vários componentes, sem que tais alcunhas se transformassem em apelidos.

Nas habilitações do Santo Ofício ⁴⁸ há notícia de uma família a viver perto de Braga no princípio do séc. XVII, que tinha por alcunha Os Grilos, o Pai chamava-se António Luís, o filho Domingos Gonçalves, o neto Domingos Borges, e os bisnetos também eram Borges. Enquanto o apelido variava, a alcunha manteve-se fixa, todos eles eram conhecidos por o grilo ou a grila. E apesar de a família estar dividida em dois ramos que viviam em freguesias diferentes, todas as testemunhas disseram que os Grilos de uma freguesia eram parentes dos da outra.

Também nas habilitações do Santo Ofício ⁴⁹ se dá notícia de uma família que viveu nos séculos XVII e XVIII no concelho de Loures, usando os apelidos Lopes e Duarte, mas tendo em comum a alcunha de Os Carranças, pela qual todos eram conhecidos.

As testemunhas da habilitação dizem que a qualquer criança que nasça nessa família começam logo a chamá-la O Carrança, mas esta alcunha nunca passou a apelido.

Não esqueçamos também que os apelidos tinham uma grafia bastante livre sobretudo quando podiam ser postos no feminino. Ninguém se admirava se uma mulher assinasse umas vezes Joana Brandão outras Joana Brandoa.

⁴⁶ Segundo a divisão feita por Leite de Vasconcelos, in ob. cit.

⁴⁷ Abraham Laredo, em *Les noms des juijs du Maroc* aponta alguns apelidos de judeus marroquinos originados em nomes de terras portuguesas:

- Elbaz - Elvas
- Ponte - Ponte (alentejo)
- Leiria - Leiria
- Cáballo - Carvalho (Vila Real)
- Paredes Paredes (Viana)

e muitos outros. No total achou 27 nomes de proveniência geográfica portuguesa.

⁴⁸ Habilitações de António Borges de Freitas, M.138 de António, Dil. 2267

⁴⁹ Habilitações de José dos Santos, M.23 de José Dil. 383.

Século XVIII

No século XVIII deram-se algumas inovações no uso dos apelidos.

Entre a nobreza titular difundiu-se a moda estrangeira de usar nomes muito compridos, e esta extravagância permaneceu até ao princípio do nosso século, chegando a haver pessoas com mais de 30 nomes.

Nas classes populares houve uma outra moda, a de as mulheres abandonarem os apelidos, usando apenas os nomes próprios ou de devoção. Por isso aparecem neste século nomes como Francisca Teresa de Santa Rosa, Ana Joaquina do Espírito Santo, Teresa Leocádia de São José, e muitos outros sem relação nenhuma com as designações que usavam as mães e os pais destas mulheres. Esta última moda alcançou no distrito de Lisboa uma notável preponderância, mas não há indicações suficientes sobre o que se passava nas restantes regiões⁵⁰. Nos róis de confessados das freguesias lisboetas encontram-se numerosas famílias compostas de pai e filhos com apelidos, mãe e filhas sem apelidos⁵¹.

⁵⁰ Comparando, entre os róis de confessados existentes na Torre do Tombo, uma freguesia de Lisboa com uma freguesia da província, obtém-se, no mesmo ano, uma notável diferença a respeito desta moda :

A - Rol de confessados da freguesia de S.Lourenço de Carnide (Lisboa) Ano - 1771

Casais em que ambos têm apelidos - 19

Casais em que só o homem tem apelido - 142

Casais em que só a mulher tem apelido - 3

Casais em que homem e mulher não têm apelido - 33

B - rol de confessados da freguesia do salvador do Bilhó (Mondim) Ano - 1771

Casais em que ambos têm apelidos - 71

Casais em que só o homem tem apelido - 12

Casais em que só a mulher tem apelido - 6

Casais em q o homem e mulher não têm apelido - 1

Não considerando apelidos os nomes próprios como João, José, Francisco, Maria, Teresa, postos a seguir ao primeiro nome, nem os nomes de santos ou outros como de Jesus, do Espírito Santo, etc. Pode objectar a isto que muitas famílias usavam um nome próprio como apelido, o que é verdade. Mas a presente comparação serve para mostrar as diferenças que havia entre regiões diferentes.

⁵¹ Alguns exemplos da freguesia das Mercês, no ano de 1770:

- João Rodrigues ; Inês Maria, sua mulher ; Joana Rosa, (filha) ; João Rodrigues, (filho) ; Joaquina Maria, (filha)

- O Capitão Francisco Gomes da Costa ; José Francisco Gomes da Costa, (filho) ; Paulo Francisco gomes da Costa, (filho) ; Maria Jacinta Leocadia Rosa, (filha) ; Ana Maria Rosa de S.João, (filha) ; Pedro Francisco da Costa, (filho)

- O Capitão José Tomás Delfim ; Maria Luciana, sua mulher ; António José Delfim, (filho) ; Francisca Cândida, (filha)

- Lourenço Gonçalves ; Maria da Trindade, sua mulher ; Joaquina Maria, (filha) ; Nicolau José Gonçalves, (filho)

- João da Costa ; Ana Teresa, sua mulher ; José da Costa, (filho) ; Tomásia Joaquina, (filha) ; António José da costa, (filho) ; Maria Tomásia do Carmo, (filha)

E nos registos de casamento da mesma cidade é possível examinar o nascimento deste costume, vendo raparigas cujos pais usavam apelidos terem só nomes próprios⁵². O abandono do apelido por parte das mulheres parece ter criado raízes: Na lista das parteiras de Lisboa publicada pelo Almanach de Portugal para 1856, estão inscritos os nomes de 82 mulheres, das quais só 21 têm apelidos.

As mulheres começam a usar o apelido dos maridos

No princípio do século XIX expande-se em Portugal um costume que vigorava na maioria dos países europeus : O de a mulher adoptar o nome do marido.

Antes da centúria de novecentos eram raríssimos os casais portugueses que seguiam essa prática , e na opinião de Machado Faria⁵³ não há um único exemplo de adopção do apelido conjugal, e se algumas vezes a mulher tem o mesmo apelido do marido é por serem parentes ou de famílias que, embora sem parentesco conhecido, possuíam a mesma designação nominal.

Será exagero afirmar que não existe um único caso anterior ao século XIX⁵⁴, mas era realmente um uso estranho no nosso país.

Nas últimas décadas do século XVIII, as mulheres de comerciantes que tomavam conta do negócio do marido depois de viúvas, começavam a ver-se associadas ao apelido do defunto. O Almanaque de Lisboa⁵⁵ indica, entre os nomes dos principais comerciantes nacionais de 1789 a 1800 a viúva Santos - que desde 1793 passa a ser simplesmente a viúva Santos -, a viúva de Costa, a viúva de Sousa, a viúva de Andrade e a viúva de Braga⁵⁶.

É possível que as conveniências comerciais tenham tido um papel na evolução dos apelidos.

⁵² Alguns exemplos da freguesia de s.Nicolau, livro I de casamentos: Páscoa Maria, filha de Manuel Correa e de Maria Coelho (1720) - Eufémia Rosa Margarida, filha de Francisco de Sousa e de Elena Maria de Brito (1752) - Maria Teresa de Jesus, filha de domingos álvares e de Maria Gonçalves (1782) - Maria Antónia, filha de António das Neves e de Catarina da Silva (1755) - Francisca Maria, filha de Manuel Pereira e de Maria Farinha (1710) - Maria da Conceição, filha de Manuel Jorge e Maria Ferreira (1691) - Antónia Maria, filha de Pedro Gomes e de Maria Ribeira (1696) - Luísa Maria do Espírito Santo, filha de Manuel Duarte Pereira e de Maria Madeira (1745).

⁵³ António Machado de Faria, O uso dos apelidos em Portugal, in Brotéria, vol. 52, 1951.

⁵⁴ Numa família estudada pelo dr. Pedro Sameiro aparece Romana Félix, que casou a 03-08-1722 em Lisboa, Conceição Nova, com João Durão de Sá, e em 27-10-1747, no casamento do seu filho José Durão de Sá em Santarém, freguesia de S.Nicolau, é tratada por Romana Félix de Sá.

Em 1563 Joana Fernandes Francesa, casada com Simão Francês, instituiu uma capela em Coruche - ANTT, Desembrago do Paço, Extremadura e Ilhas, M. 358 Nº 42.

Algumas mulheres portuguesas casavam com estrangeiros e passavam a usar o apelido do marido. É o caso da célebre Luísa Todi. O mesmo aconteceu com Francisca Timôa, filha de Francisco Fernandes e Isabel Pires, casada com Diogo Timão, natural de Hamburgo, F.S.O. em 1643. No rol de confessados da igreja do Loreto de 1727 há uma Joana de Oliveira Cortinovis casada com Lourenço Cortinovis.

⁵⁵ Publicado pela Academia das Ciências desde 1782 até 1823. Começou a fazer a lista dos negociantes matriculados nas praças do país em 1786.

⁵⁶ Esta última foi casada com Rafael da Silva Braga.

O fim da Anarquia

Pela mesma época em que as mulheres se puseram a usar o nome do marido, estabeleceu-se também um modo de dispôr o nome que acabou com a desorganização do sistema de apelidos.

Os filhos passavam a usar o nome do apelido da mãe sempre em primeiro lugar, e o apelido do pai, sempre no fim do nome. O apelido paterno foi a partir daqui o mais importante, em todas as famílias.

Esta disposição dos apelidos contrariava a tradição nacional, pois embora a anarquia reinasse neste campo durante séculos, o primeiro apelido era o que se considerava mais importante e se usava em assinatura abreviada.

A instituição do Registo Civil obrigatório, depois de proclamada a República, impôs a nova disposição dos apelidos a toda a população portuguesa. Só recentemente se deram alterações na lei permitindo restabelecer parte da liberdade que nos é característica.

A principal feição dos nomes portugueses actuais que os distingue dos estrangeiros é como diz Ferraz de Carvalho ⁵⁷, a abundância dos apelidos. Com efeito é raro encontrar um simples apelido ; de ordinário usam-se dois ou três, às vezes oito.

⁵⁷ Amadeu Ferraz de Carvalho, Da actual feição da Antroponímica Portuguesa.